

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme e agriculture: le paysan polonais*. Paris: A. Colin, 1973.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: DIFEL, 1976. (Corpo e Alma do Brasil).

VERGOPOULOS, Kosta. Le capitalisme difforme. In: AMIN, Samir. *La question paysanne et le capitalisme*. Paris: Anthropos, 1977.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: ARAUJO, Braz José. *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov

• • •

INTRODUÇÃO

O interesse em conhecer e divulgar o pensamento de Alexander Chayanov sobre a produção familiar na agricultura tem para mim uma dupla motivação. Por um lado, um interesse intelectual. É Chayanov quem elabora uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura. E ele o faz, baseado em uma intensa atividade de pesquisa sobre o campesinato russo, realizada pela escola da Organização e Produção. Segundo Basile Kerblay, Chayanov publicou cerca de sessenta textos, além de numerosos artigos de revistas. Sua obra “constitui o resultado teórico e prático de vários decênios de pesquisas e de discussões sobre as questões agrárias na Rússia à época da Revolução”. (Kerblay, 1985) É importante ressaltar que, apenas um texto de Chayanov foi até hoje publicado em português; dois outros textos são, igualmente, conhecidos no Brasil, através de suas traduções, em espanhol, inglês e francês. É inegável que esta limitação inibe uma reflexão mais aprofundada de seu pensamento.

Por outro lado, para além da contribuição intelectual, interessa-me a dimensão política da sua obra. Com efeito, Chayanov não pretendia simplesmente conhecer a realidade da agricultura tradicional russa, nem apenas lutar para reproduzi-la enquanto tal, isto é, reproduzir suas características tradicionais. O que o motivava era, a meu ver, antes de tudo, a explicitação das potencialidades do campesinato russo. Minha convicção é de que sua concepção sobre a produção familiar na agricultura guarda sob vários aspectos, uma atualidade surpreendente, e por esta razão precisa ser resgatada. É o que tentarei ousadamente demonstrar neste texto. Com este objetivo, proponho dividir minhas reflexões em três níveis diferentes que correspondem aos momentos fundamentais da trajetória intelectual e política de Chayanov, a saber:

a - a formulação de uma teoria explicativa do modo de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura;

- b - o esforço de compreender o campesinato, em seu contexto mais global da sociedade capitalista moderna;
- c - o confronto com o projeto de coletivização estalinista e a formulação de um projeto alternativo.

OS PRINCÍPIOS DE FUNCIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA

Como é sabido, o eixo central da teoria de Chayanov consiste na afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno, que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Estes princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, propriamente dita, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação de trabalho alheio, de mais valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (Chayanov, 1974, p. 137)

A ausência da mais-valia, como motor do processo produtivo, imprime na unidade familiar de produção um caráter específico, que foi percebido e formulado por Chayanov. Para ele, o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família e é familiar a propriedade do estabelecimento. Deste fato resulta a tradicional identificação entre família e empresa que se expressa em dois níveis. Por um lado, no que se refere à relação com o trabalho. O produtor familiar tem, em relação ao esforço físico e mental exigido pelo trabalho, um comportamento diferente do empresário capitalista, pois, o esforço em questão deve ser realizado por ele mesmo, com o desgaste de suas próprias capacidades físicas e mentais. O capitalista pode guardar uma maior distância em relação ao trabalho, pois este é sempre o esforço de outros.

Por outro lado, sendo um proprietário que trabalha, o produtor familiar depende, para a sua reprodução social, da preservação – e mesmo da ampliação – do seu patrimônio produtivo, aqui tomado globalmente, enquanto o conjunto dos meios necessários à produção. Isto quer dizer que cabe a ele assegurar os recursos necessários para esta reprodução patrimonial.

Em conseqüência deste caráter específico da produção familiar, o rendimento obtido no processo produtivo não pode ser dissociado em parcelas autônomas e particulares, como no caso do processo produtivo propriamente capitalista. Com efeito, neste último, em razão mesma da separação entre o capital e o trabalho, é possível distinguir, não só o salário, como as diversas parcelas em que se dividem a mais valia. E, como se sabe, cada uma delas constitui a base material de uma classe da sociedade. Na unidade familiar de produção, pelo contrário, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra.

É com este rendimento indivisível que o produtor deverá prover ao mesmo tempo, a empresa familiar – dos recursos produtivos que necessita – e a própria família – do fundo de consumo necessário à sua manutenção. Muito freqüentemente, a dimensão reduzida destes rendimentos, associada à vinculação entre capital e trabalho na unidade familiar, acima indicada, leva o produtor a fazer opções e a definir estratégias, cuja lógica Chayanov desvendou em suas pesquisas.

O produtor efetua o que ele chama um balanço entre o trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Ora, para Chayanov, a relação entre o trabalho e o consumo é definida internamente ao nível da própria composição da família. Com efeito, para ele, a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal que, em geral trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida.

Chayanov considerava que, para o caso da Rússia, esta diferenciação demográfica era mais significativa do que a diferenciação social, entendida esta como o processo de decomposição do campesinato.

Não há dúvida de que certa diferenciação deste tipo se produz realmente no campo, porém, uma análise mais profunda da composição da unidade econômica camponesa demonstra que a heterogeneidade não pode ser explicada apenas pela diferenciação social. Ela depende, não só do desenvolvimento dinâmico, mas também, e de forma considerável, do efeito dos fatores demográficos que resultam da natureza da unidade econômica camponesa (Chayanov, 1974, p. 290).

Em cada momento da evolução da família, sua composição determina a capacidade da força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo. Cabe ao chefe da família/empresa, a responsabilidade de efetuar avaliações subjetivas, que permitam definir o grau e a intensidade da auto-exploração de sua força de trabalho.

Chayanov pretendeu conhecer as leis que regem o funcionamento interno da unidade de produção familiar e sua teoria é o resultado elaborado desta preocupação. O material empírico de referência da Escola de Organização e Produção constituiu-se, fundamentalmente, das condições reais de vida do campesinato russo. No entanto, o seu pensamento não é estático e ele vai progressivamente incorporando novas questões, gestadas no bojo da grande efervescência social e política, que caracterizou o período de sua vida na Rússia. A este respeito, sua reflexão vai se concentrar, sobretudo a partir da década de 20, em torno de três questões essenciais, intimamente articuladas, a saber:

- a) a agricultura não constitui um setor isolado, autônomo, mas se integra de forma dinâmica ao processo global de acumulação do capital;
- b) a agricultura deverá absorver cada vez mais o progresso técnico e modernizar sua forma de produzir;
- c) as transformações do setor agrícola se inserem no objetivo de construção de uma sociedade socialista.

AS LIGADURAS SOCIAIS: SUBORDINAÇÃO E PROGRESSO TÉCNICO

Como o próprio Chayanov o afirma, em seu estudo sobre “A Organização da Unidade Econômica Camponesa”,

Simplemente, aspiramos a compreender o que é a unidade econômica camponesa do ponto de vista organizativo. Qual é a morfologia deste aparato produtivo? Interessa-nos saber como se obtém aqui a natureza proporcional das partes, como se obtém o equilíbrio orgânico, quais são os mecanismos da circulação e da recuperação do capital no sentido da economia privada, quais são os métodos para determinar o grau de satisfação e de proveito, e como reage s influências dos fatores externos, naturais e econômicos que *aceitamos como dados* (Chayanov, 1974, p. 36) (Grifos meus).

Isto não quer dizer, no entanto, que para ele, como para seus colegas pesquisadores da Escola de Organização e Produção, este nível de análise fosse suficiente e desse conta de toda a problemática da produção familiar. Em diversas passagens de sua obra, ele insiste na necessidade de novos estudos mais abrangentes sobre a produção camponesa. “Nós que estamos interessados na prática da agricultura devemos construir suas formas futuras a partir das formas existentes de exploração agrícola; portanto, na prática, interessa-nos realizar o estudo mais profundo sobre a unidade econômica camponesa”. (Chayanov, 1974, p.40) E ele acrescenta mais adiante, no mesmo texto: “Reconhecemos claramente a necessidade de que a Escola de Organização e Produção indique nas pesquisas individuais o lugar que ocupa a unidade econômica camponesa no sistema total da economia nacional de hoje e que proporcione a conexão teórica de nosso conceito organizativo com os principais critérios sobre a economia nacional e seu desenvolvimento”. (Chayanov, 1974, p.42)

Nesta segunda parte do texto, interessam-nos perceber qual a visão de Chayanov sobre os referidos “fatores dados”, isto é, sobre o que chamou “as ligaduras sociais” entre a produção agrícola dispersa em milhares de unidades familiares e o processo geral de reprodução econômica. A este respeito, sua tese central é de que “... a agricultura de todo o mundo, incluindo a nossa, está conduzida cada vez mais para a circulação geral da economia mundial, e os centros do capitalismo a subordinam cada vez mais à sua liderança”. (Chayanov, 1974, p. 305)

Baseado em suas próprias pesquisas, mas também referindo-se à obra de Hilferding, de Lenine e de outros autores russos, Chayanov considera que o processo de concentração econômica tem, na agricultura, certas particularidades. “... enquanto que, no sentido produtivo a concentração na agricultura se reflete escassamente na formação de novas empresas em grande

escala, no sentido econômico o capitalismo, como sistema econômico geral progride muito na agricultura”. (Chayanov, 1974, p.305)

A partir desta sua concepção da “integração vertical” da agricultura, é possível tirar duas conclusões que me parecem sumamente importantes e atuais. Em primeiro lugar, a economia camponesa não constitui, propriamente, um modo de produção, no sentido forte do termo. Ela é percebida, antes de tudo, como uma forma de organizar a produção, que se reproduz no interior de modos de produção diversos. Sua reprodução social está, assim, intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas têm, sabidamente, um caráter heterogêneo.

Nestes termos, ela não representa algo residual, necessariamente atrasado, tendente a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo dominante.

Assim, a agricultura, apesar do caráter evidentemente disperso e independente dos pequenos produtores de mercadorias, se transforma em um sistema econômico concentrado em uma série de grandes empresas e através destas, ingressa na esfera controlada pelas formas mais avançadas do capitalismo financeiro (Chayanov, 1974, p.312)

Para Chayanov este processo é tão profundo e intenso que, diante dele, a concentração horizontal “constituiria um pequeno detalhe”. “Se este detalhe não se produz é, evidentemente, porque a exploração capitalista consegue uma porcentagem mais alta com a concentração vertical do que com a horizontal. Além disso, transfere em grande medida ao agricultor os riscos da empresa do proprietário do capital”. (Chayanov, 1974, p.312)

A segunda conclusão, que parece evidente, é que a concentração vertical do capital tem como base, a reprodução de unidades de produção familiares, “dispersas e independentes”, as quais precisamente, o capital concentra e subordina.

Depois dos trabalhos do Professor Lyashenko sobre a evolução da economia camponesa russa e os de Lenine sobre a americana, podemos ver com toda clareza que não se deve esperar necessariamente que o desenvolvimento da influência capitalista e a concentração na agricultura desemboquem na criação e desenvolvimento de latifúndios. Com maior probabilidade dever-se-ia esperar que o capitalismo comercial e financeiro estabeleça uma ditadura econômica sobre consideráveis setores da agricultura, a qual permaneceria

como antes, no que se refere à produção, composta de empresas familiares de produção agrícola em pequena escala, sujeitas em sua organização interna às leis do balanço entre trabalho e consumo (Chayanov, 1974, p. 42)

Assim, a vigência das leis gerais de reprodução do capital – que, como vimos, afeta a reprodução das unidades camponesas de produção – não anula as especificidades destas. Isto é, mesmo estando integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno, nos termos apresentados por Chayanov.

Com efeito, mesmo considerando a importância social do processo de decomposição do campesinato, parcela significativa desta categoria social guarda sua condição de produtor familiar. Por conseguinte, não basta aguardar sua metamorfose em futuros proletários; ela precisa ser apreendida sociológica e politicamente, em sua realidade concreta e imediata, isto é, como produtores familiares. “Segundo toda probabilidade, nossa análise morfológica há de servir no futuro como valiosa ferramenta para a análise dinâmica da unidade econômica camponesa em toda a complexidade de seu meio histórico”. (Chayanov, 1974, p. 37).

É nesta dupla referência – à “complexidade do meio histórico” e à “morfologia interna” das unidades de produção – que reside, a meu ver, a grande riqueza da análise de Chayanov e um grande desafio aos estudiosos atuais da questão da produção familiar na agricultura. Trata-se, com efeito, de reconhecer, no produtor familiar, sua possível condição de agente social do progresso e, conseqüentemente, legitimá-lo, do ponto de vista social e político. É neste sentido que ele se propõe a analisar “... as possíveis formas do futuro desenvolvimento da unidade econômica camponesa que consideramos progressistas, e em cuja direção deveríamos desenvolver nossa política econômica”. (Chayanov, 1974, p. 288).

Embora estas formas do futuro ainda fossem pouco presentes na agricultura russa, Chayanov tinha conhecimento dos progressos agrícolas em outros países do Ocidente. Segundo Kerblay, ele se interessava pelas inovações na agricultura e seu texto, intitulado “A vida e as técnicas do futuro”, “constitui um ato de fé no progresso científico”. (Kerblay, 1985, p. 141).

As perspectivas oferecidas pela agricultura sem solo graças às sínteses de albuminas realizadas em usina, graças ao controle de certos processos biológicos são descritas em termos que, na época poderiam passar por utópicas. O autor

imagina usinas de produtos alimentares e têxteis de síntese, utilizando-se a planta apenas por seus efeitos decorativos e os frutos naturais, por seus aromas inimitáveis (Kerblay, 1985, p. 141).

A produção familiar, longe de estar fadada ao desaparecimento, deveria absorver e realizar estes progressos.

Mediante o estudo detido da produção camponesa atual, tal como é, estudamos principalmente o material a partir do qual, em nossa opinião, deverá evoluir historicamente o novo agro na próxima década, havendo convertido, por meio de cooperativas, uma considerável parte de sua economia em formas de produção socialmente organizadas. Deverá ser um campo industrializado em todas as esferas do processo técnico, mecanizado e eletrificado; um campo que teria aproveitado todos os sucessos da ciência e da tecnologia agrícola (Kerblay, 1985, p.43)

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO: A AUTOCOLETIVIZAÇÃO

O pensamento de Chayanov sobre a economia camponesa assume uma dimensão política mais importante, no momento em que se apresenta como uma alternativa à proposta oficial do governo soviético de então, definida em termos da coletivização da agricultura. Não é o caso, no presente texto, de reproduzir nem o debate a respeito deste tema, nem muito menos a história da coletivização da agricultura na União Soviética. Interessa-me, aqui, apenas reproduzir o pensamento do autor sobre o futuro da agricultura, sabendo que ele se opôs à coletivização, nos termos em que esta foi efetivamente realizada.

(...) é indubitável que com o aumento quantitativo dos elementos de economia social em nosso campo nos encontraremos com o desenvolvimento de uma nova psicologia econômica, e esperamos que a evolução da agricultura, em muitos aspectos, vá modificando gradualmente as bases da unidade de produção familiar que estabelecemos em nosso estudo da atual unidade econômica camponesa (Kerblay, 1985, p.320).

Em que consistiria esta “nova psicologia econômica”? Chayanov refere-se a um processo de “autocoletivização” (Kerblay, 1985, p. 141), que representará uma verdadeira revolução agrária. O eixo central de sua proposta é

o desenvolvimento de “corpos cooperativos”, que realizariam “um profundo processo de concentração vertical na agricultura”.

Como o controle organizativo dos processos de produção agrícola só é possível se se substitui a produção camponesa dispersa por formas concentradas de produção, devemos empregar todos os meios possíveis para desenvolver na vida agrícola os processos que conduzam a esta concentração (Kerblay, 1985, p. 316).

Este processo deveria não somente subordinar o vasto e disperso setor de produção agrícola, como igualmente, “chegar ao controle direto da organização da unidade econômica camponesa elementar”. (Kerblay, 1985, p. 315) Chayanov era consciente das limitações da experiência cooperativa nos países capitalistas.

A cooperação existia e existe em muitos países capitalistas. Porém, tanto entre nós antes da Revolução, quanto em outros países capitalistas, foi apenas a adaptação dos pequenos produtores de mercadorias às condições da sociedade capitalista, foi apenas uma arma na luta pela sobrevivência. Não se tratava nem poderia tratar-se de uma nova estrutura social. (Kerblay, 1985, p. 317)

Esta é, para mim, a contribuição fundamental do autor a respeito da questão agora abordada. Na verdade, ele não pretendia apenas estabelecer, através da cooperação, os mecanismos de subordinação da agricultura e da produção familiar em particular. Ele pretendia, de fato, propor a constituição de uma nova estrutura social.

De simples ferramenta dos pequenos produtores de mercadorias, criada por estes em sua luta pela existência na sociedade capitalista, o sistema se converte em um dos principais componentes do modo socialista de produção. Em outras palavras, de ferramenta técnica de um grupo social, ou mesmo de uma classe, se converte em uma das bases do sistema econômico da nova sociedade (Kerblay, 1985, p. 317).

Assim, sua concepção de cooperação, longe de se contrapor, se insere no projeto mais amplo de construção do socialismo.

(...) quando vinculamos a natureza camponesa elementar com nossas medidas e a organizamos dentro do sistema geral da economia planificada da URSS, devemos nos propor este objetivo final: introduzir na futura organização

da agricultura elementos cujo desenvolvimento posterior *chegue a superar o capitalismo de estado e possa constituir a base para um futuro sistema econômico socialista* (Kerblay, 1985, p. 315) (Grifos do autor).

Tratava-se, como foi dito acima, de um processo de auto coletivização, cuja diferença em relação à coletivização efetivamente implantada não estava apenas nos métodos de persuasão (ou na ausência deles). Com efeito, como se refere B. Kerblay, "... é à condição da preservação da herança camponesa e sob reserva de uma auto coletivização sem pressão exterior que Chayanov saúda a criação dos kolkozos e sovkozos como "a única via realista de desenvolvimento da agricultura". (Kerblay, 1985, p. 141) Ele refere-se mesmo, profeticamente, ao perigo de uma catástrofe social, se a necessária subordinação da agricultura ao processo geral de desenvolvimento da sociedade viesse a se traduzir na destruição da vida social do mundo rural russo. As transformações que se assiste, no momento presente, nos países que adotaram o modelo de coletivização estalinista da agricultura, só vêm reforçar a importância do pensamento de Chayanov, que, não por acaso, foi recentemente reabilitado na URSS.

Mais uma vez, a questão assume um caráter complexo, que uma leitura unidirecional pode empobrecer. A produção familiar precisava ser transformada, potencializada, sem que as forças sociais a que ela serve de base fossem destruídas. Seria preciso construir as novas formas da agricultura a partir das bases evolutivas da unidade de produção familiar.

(...) os elementos do capital social e da economia social crescem quantitativamente em tal medida que todo o sistema muda qualitativamente. O sistema de unidades econômicas camponesas que formaram cooperativas para alguns setores de sua economia converte-se em um sistema de economia cooperativa social estabelecido sobre o capital socializado, e a realização técnica de certos processos nas unidades individuais de seus membros assume o caráter de um serviço técnico (Kerblay, 1985, p. 319).

É, certamente, movido pela necessidade de situar e compreender a produção familiar neste contexto social mais amplo, que Chayanov se propõe a repensar suas primeiras formulações a respeito da unidade familiar de produção.

Na evolução da unidade econômica que descrevemos, devemos finalmente assinalar as mudanças que, graças à socialização dos vínculos individuais no

plano organizativo, devem completar-se em profundidade dentro da unidade de produção familiar pelo mecanismo do equilíbrio interno e com seu processo característico de formação de capital (Kerblay, 1985, p. 320).

Sua conclusão, acima citada, aparece ao leitor atento à sua evolução, mais que um simples voto de esperança no futuro, um novo e vasto programa de estudos, que se descortinava para Chayanov e seu grupo de pesquisadores. Vale à pena reler esta conclusão.

(...) com o aumento quantitativo dos elementos de economia social em nosso campo nos encontraremos com o desenvolvimento de uma nova psicologia econômica, e esperamos que a evolução da agricultura, em muitos aspectos, *vá modificando as bases da unidade de produção familiar que estabelecemos em nosso estudo da atual unidade econômica camponesa* (Kerblay, 1985, p. 320) (grifos meus).

Infelizmente, as vicissitudes da vida política russa impediram que este projeto tomasse a dimensão e a direção anunciadas. 50 anos passados, no entanto, é a atualidade deste projeto que mantém o interesse no conhecimento da contribuição de Chayanov, pois o desafio que hoje se coloca aos pesquisadores rurais tem a mesma natureza daquele a que ele e a Escola de Organização e Produção estavam enfrentando naquela ocasião.

Evidentemente, eu não teria condições de dar conta desta problemática. Gostaria, no entanto, de propor algumas hipóteses que vem norteando o trabalho que tento desenvolver nesta direção.

A PRODUÇÃO FAMILIAR MODERNA

O propósito de utilizar a teoria da unidade de produção familiar na agricultura, como instrumental para compreender os setores agrícolas tradicionais, nas sociedades modernas, não parece causar grandes reações entre os estudiosos. Admite-se, assim, a existência de unidades de produção, cujos detentores assumem o trabalho necessário à produção, que se orientam para a satisfação de suas necessidades de consumo e para as quais a estrutura interna da família constitui o elemento determinante de sua dinâmica.

De um modo geral, quando se fala da produção familiar na agricultura, está-se falando de pequenas e tradicionais unidades de produção. Assim sendo, as análises

teóricas, que dizem respeito ao caráter familiar da produção agrícola e aos princípios de seu funcionamento, tem sempre como referencial empírico, as unidades de produção pequenas, tecnicamente atrasadas e cuja organização interna tem como eixo a satisfação das necessidades da família que produz. Produção familiar é, nesta perspectiva, sinônimo de campesinato tradicional (Wanderley, 1988, p. 139).

Na medida, porém, em que a produção familiar se moderniza - e por conseqüência se integra aos processos de mercantilização da produção, de especialização das atividades e de modernização do processo produtivo - observa-se uma tendência a privilegiar este movimento de subordinação e negar validade às pesquisas que reconheçam a importância de um movimento interno à unidade de produção familiar.

Estas tendências se explicitam em duas direções. Ora a produção familiar é percebida como um mero apêndice, passivo, dos ditames do capital, e o trabalhador familiar é comparado a um trabalhador a domicílio, portanto, sem nenhuma autonomia. Ora ela é definida como a expressão do pequeno capital, que, embora pequeno, guarda a natureza do capital; o caráter familiar do trabalho é entendido apenas como resposta adaptativa a certos condicionamentos técnicos. Num caso como no outro, a especificidade da produção familiar é minimizada e a referência a esferas internas, onde se gesta a autonomia familiar perde qualquer interesse explicativo.

A meu ver, nenhuma das duas explicações permite compreender o produtor familiar moderno, em sua totalidade. A este respeito é possível formular duas hipóteses complementares. Em primeiro lugar, a questão do caráter familiar da unidade de produção continua a se colocar na atualidade, na medida mesma em que continuam a existir nas sociedades modernas, unidades de produção, cuja força de trabalho fundamental é fornecida pela família proprietária. E isto mesmo quando a produção familiar se moderniza e se integra ao processo global de acumulação do capital na sociedade. Em segundo lugar, o reconhecimento de um processo mais amplo e determinante de subordinação da produção agrícola ao "movimento do capital" não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno da unidade de produção familiar, cujo eixo é dado pelo seu caráter familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha.

Em termos mais gerais, é possível afirmar que, ao longo deste período, em que a agricultura sofreu um profundo processo de transformação, a pro-

dução familiar permaneceu um setor importante da agricultura, inclusive em países de capitalismo avançado.

(...) o caráter essencialmente familiar desta economia continua por muito tempo a se desenvolver, até mesmo a se modernizar, paralelamente ao aprofundamento de seu caráter mercantil e à redução da própria família camponesa que, da antiga família extensa, passa cada vez mais à moderna família "nuclear", conjugal (Tepicht, 1973, p. 23).

Mais enfaticamente, Claude Servolin, referindo-se à agricultura dos países da Europa Ocidental, não hesita em afirmar que:

a particularidade do setor agrícola se exprime, pelo menos no que se refere à França e a Europa Ocidental... em uma característica fundamental: a forma quase exclusiva da produção é o estabelecimento "familiar", "individual" (de responsabilidade pessoal, segundo a última terminologia oficial)... o conjunto dos estabelecimentos agrícolas individuais constitui, como vimos, um dos principais ramos da produção nacional: a este nível de importância econômica, estamos acostumados a ver intervir a grande empresa capitalista (Servolin, 1989, p. 19).

No entanto, a produção familiar que se reproduz nas sociedades modernas, representa um novo agente social, diferente do campesinato tradicional de origem pré-capitalista. Como o afirma Claude Servolin,

(...) a predominância muito geral da produção agrícola individual nos países capitalistas desenvolvidos, e em particular os da Europa Ocidental, não deve nos enganar: esta predominância é recente. Esta constatação deve nos obrigar a renunciar à "teoria da sobrevivência". Se a produção individual moderna tem sua origem em um passado longínquo, sua generalização e seu desenvolvimento no curso da história contemporânea só podem ser compreendidos se se admite que nossas sociedades, de uma certa forma, preferiram esta a outras formas possíveis de produção (Servolin, 1989, p. 27).

Esta agricultura moderna tem, a este respeito, uma dupla característica: sua integração, sob formas diversas, aos mecanismos de mercado e aos processos de reprodução do capital e a "abertura" do mundo rural ao modo de vida moderno. O entendimento da problemática da produção familiar moderna deve, por conseguinte, levar em conta sua complexidade. Por um lado, pela

sua própria existência, ela legitima a permanência de uma esfera específica, interna, referente à forma de organizar a produção, cujo funcionamento tem como referência, a própria estrutura familiar da unidade de produção. Por outro lado, os fatores que regem o funcionamento interno da unidade familiar de produção assumem novos conteúdos. Assim, a questão que se coloca, é, como se redefinem, neste novo contexto, a relação tradicional trabalho/consumo, a natureza indivisível da remuneração familiar, a possibilidade de efetuar avaliações subjetivas e de definir o grau de “auto-exploração” de sua própria força de trabalho.

A este respeito, é possível propor algumas primeiras hipóteses de pesquisa, a saber:

a) As unidades de produção familiar são afetadas atualmente, tanto pelo processo de decomposição, quanto pelo de sua diferenciação interna, demográfica.

Se a constituição de uma burguesia rural de origem camponesa constituiu um processo raro e excepcional, as estatísticas de todos os países são unânimes em apontar o fenômeno do êxodo rural, que expressa, na maioria dos casos, o abandono da condição de pequeno produtor, rumo a uma proletarização, frequentemente definitiva e vivida nas cidades. Neste sentido, o campesinato continua a representar um “viveiro de proletários”, tanto mais amplo quanto a modernização da agricultura impõe uma redução absoluta da população ativa deste setor.

Apesar do movimento nesta direção, a economia familiar que se reproduz nas condições modernas da produção agrícola, tem como base não um conjunto de produtores pauperizados, em vias de proletarização, mas amplas “camadas médias” de agricultores. Estas camadas não são, certamente, homogêneas, mas a diferenciação que se pode observar não implica, necessariamente, em sua decomposição. É neste sentido que assume particular importância a reflexão de Chayanov sobre o processo de diferenciação interna, cuja base é a evolução na composição da família.

b) A unidade de produção é familiar, porém a família atualmente é diferente daquela estrutura que a caracterizava tradicionalmente.

Com efeito, embora a produção permaneça familiar, tanto as transformações tecnológicas, quanto as mudanças de comportamento nas sociedades modernas afetaram a composição interna da família. Não só as famílias são

atualmente mais reduzidas, como é menor a necessidade de envolver todos os seus membros no processo de trabalho do estabelecimento familiar.

Aquilo que Jerzy Tepicht (1973) chamou de “forças marginais não transferíveis” foram sendo progressivamente transferidas para outros setores da economia, sob o efeito da expansão do processo de industrialização/urbanização, ou simplesmente dispensadas do trabalho nos estabelecimentos agrícolas, em razão das mudanças técnicas introduzidas no processo de produção. Em países avançados a tendência atual parece ser, no limite, a multiplicação de estabelecimentos, em que a produção necessita da força de trabalho de apenas um indivíduo da família.

c) A família se orienta em função do balanço entre trabalho e consumo, cujos parâmetros modernos são, evidentemente, diferentes dos tradicionais. Com efeito, a tecnologia moderna introduzida potencializa a força produtiva do trabalho familiar e reduz o esforço físico (penosidade) requerido em seu exercício.

Ao mesmo tempo, o consumo é redefinido. Por um lado, em sua própria composição. Participando plenamente da sociedade moderna, o agricultor aspira ao acesso a todos os bens socialmente disponíveis. Não se trata, mais, assim, de garantir a reprodução social à base do mínimo vital, mas do direito a um modo de vida moderno, o que inclui o acesso a um conjunto complexo de bens materiais e culturais. Por outro lado, a própria magnitude dos resultados da produção pode tornar menos dramática as decisões, que efetivamente são tomadas pelo produtor, a respeito da relação entre o consumo doméstico e a necessária reposição das condições de trabalho.

d) Os fatores externos, socialmente dados, introduzem uma rigidez no interior da própria organização da produção, que resultam na imposição de comportamentos sociais e econômicos à família.

O exemplo mais evidente deste fato é a determinação do padrão tecnológico a ser utilizado na produção. Ou o produtor tem condições de acompanhar o patamar já generalizado, ou ele corre o risco, mais que os outros, de “dar de graça” à sociedade, parte importante do seu trabalho produtivo e, no limite, se tornar inviável técnica e economicamente.

Isto não impede, no entanto, que a família avalie em termos subjetivos o grau de auto-exploração que lhe parece aceitável, face aos resultados que pode obter com o seu trabalho. Evidentemente, a própria idéia de “auto-

exploração” assume hoje nova significação. Como vimos, as novas condições da produção tornam o trabalho menos penoso e, conseqüentemente, exige menos sacrifício físico daquele que o realiza. Porém elas não eliminam a necessidade destes sacrifícios, em certos momentos de pique da atividade produtiva. Além disso, a penosidade deixa freqüentemente de ser de natureza propriamente física. Com efeito, não é raro que a responsabilidade na condução de uma empresa familiar provoque estados de tensão psíquica, resultantes, seja do impacto de fatores sobre os quais o produtor não tem controle – o endividamento, por exemplo – seja pela dificuldade de se ausentar do estabelecimento, tirar férias, em razão da própria natureza do trabalho agrícola.

e) Internamente, o rendimento familiar permanece indivisível, pois é impossível separar, do resultado obtido com a produção, parcelas autônomas e particulares que corresponderiam ao salário, ao lucro e à renda da terra.

Contudo, a imposição de um patamar tecnológico, a dependência em relação ao crédito bancário, a fragilidade do acesso à terra e a vinculação da produção aos diversos mecanismos de mercado, integram a unidade de produção familiar ao processo geral da acumulação capitalista, separando, a partir de seu exterior, parte do sobretrabalho nela gerada, nas referidas parcelas autônomas e particulares.

Evidentemente, estas indicações estão longe de esgotar a problemática da produção familiar nas sociedades modernas. Minha intenção, de qualquer forma, não poderia ser esta; ela é, antes de tudo, a de defender a legitimidade da questão teórica posta por Chayanov e a de estimular a pesquisa nesta direção.

CONCLUSÃO

A homenagem que pretendo prestar, neste texto, a Alexander Chayanov tem em mira o pesquisador social, preocupado em conhecer a realidade em que viviam os agricultores de seu tempo, atento na busca dos nexos teóricos, capazes de explicar as especificidades de um mundo em plena e profunda mutação e politicamente comprometido com as transformações que para ele fossem socialmente justificadas.

Estou convencida da necessidade e da urgência de se assumir esta mesma preocupação no Brasil. O reconhecimento da existência e da importância

social e econômica desta categoria social constitui o ponto de partida deste esforço, que impõe a própria exigência de dimensioná-la, a nível global, e de aprofundar o conhecimento de sua diferenciação.

Neste sentido, é mais do que promissor o estudo que Ângela Kageyama e Sonia Maria Pereira Bergamasco realizaram, com base em tabelas especiais do IBGE, sobre as unidades de produção familiar. (Kageyama e Bergamasco, 1989) Parece espantoso, que só agora, pela primeira vez, tenha sido possível trazer à luz do conhecimento, inclusive do conhecimento especializado, a existência, no Brasil, de 3.691.408 estabelecimentos familiares, correspondentes a 71,6% dos estabelecimentos do país.

Pela sua dimensão e pela sua significação, a problemática da produção familiar na agricultura brasileira traspassa hoje várias questões candentes do país e se situa no bojo da busca de uma modernidade, socialmente definida. Esta concepção de modernização, que se contrapõe ao deslumbramento da modernização conservadora – que para mim é mais conservadora do que moderna – impõe uma nova direção às transformações da agricultura e do meio rural, fundamentalmente em três direções. Em primeiro lugar, a necessidade de tornar o setor agrícola verdadeiramente eficiente, superando definitivamente o peso histórico de sua tradição extensiva e desperdiçadora de terras. Em segundo lugar, a necessidade de assegurar o acesso da população brasileira, rural e urbana, aos bens materiais e culturais, que a introduza, efetivamente, no mundo moderno. Finalmente, a necessidade do estabelecimento efetivo da cidadania para a população rural, de forma a garantir à sociedade brasileira o exercício pleno da democracia moderna.

REFERÊNCIAS

CHAYANOV, A. V. *La organización de unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia M. P. *Novos dados sobre a produção familiar no campo*. Versão corrigida. Campinas: UNICAMP, 1989. mimeo.

KERBLAY, Basile. A. V. Cajanov: un carrefour dans l'évolution de la pensée agraire en Russie de 1908 a 1930. In: _____. *Du mir aux agrovilles*. Paris: Institut d'Etudes Slaves, 1985. p. 103-152.

KREMNIÖV, Ivan (Pseudônimo de A. V. Chayanov). *Voyage de mon frère Alexis au pays de l'utopie paysanne*. Paris: Age d'Homme, 1976. (Utopies).

RAMBAUD, Placide. Les agriculteurs polonais à la conquête de leur identité. *Actes de la Recherche*, Paris, (41), p. 47-59, fev. 1982.

SERVOLIN, Claude. *L'agriculture moderne*. Paris: Seuil, 1989. (Points Economie).

SHANIN, Têodor. L'agriculture soviétique et la Perestroika: les priorités aux perspectives lointaines. *Temps Modernes*, Paris, (503), p. 38-62, 1988.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1988. (Cadernos do IFCH, 19).

Raízes históricas do campesinato brasileiro

• • •

As ciencias sociais do Século XIX revelaram uma surpreendente incompreensão em relação às coisas rústicas. Todo seu esforço de análise e de interpretação se orientou para a economia industrial e para a sociedade urbana. Fascinadas pelo nascimento da classe operária, pela prodigiosa eficácia da empresa capitalista e pelo instrumento único que é a moeda, elas se desinteressaram por um sistema social que funciona sem assalariados nem empresários, nem moeda e que, no entanto, permanecia majoritário no Ocidente há um século e que permanece majoritário ainda hoje no mundo.

Henri Mendras. La fin des paysans.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência, que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. Mas, afinal, o que vem a ser uma agricultura familiar? Em que ela é diferente do campesinato, do agricultor de subsistência, do pequeno produtor, categorias que, até então, circulavam com mais frequência nos estudos especializados? Como entender o campesinato brasileiro à luz da teoria clássica?

Este trabalho tem a intenção de refletir sobre este tema, tendo como ponto de partida e eixo norteador, as seguintes hipóteses:

Dedico este trabalho ao Professor Henri Mendras.